

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

LIBORIO, Renata Maria Coimbra - UNESP / P.Prudente - coimbralibor@uol.com.br

CAMARGO, Luciene dos Santos UNESP / P. Prudente - luciene52@yahoo.com.br

GT 23 : Gênero, Sexualidade e Educação/ n. 23

Agência Financiadora: – CNPq – PIBIC

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em todo o mundo e têm mobilizado diversos segmentos sociais, no sentido de se pensar formas de enfrentamento desta cruel forma de violação de direitos.

Podemos entender esta forma de violência como englobando tanto as situações de abuso sexual intra e extrafamiliar que se caracterizam como não possuindo um caráter comercial como as situações de exploração sexual, nas quais a dimensão mercantil está nitidamente presente.

Este fenômeno nem sempre foi considerado como uma forma de violação aos direitos da criança ou do adolescente, conceito bastante atual, fortalecido a partir de 1990 no Brasil, em função da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com Faleiros (2000), a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade, relacionando-se com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e o papel das famílias no interior das estruturas sociais e familiares. Desta forma, devemos entendê-la “em seu contexto histórico, econômico, cultural e ético” (FALEIROS, 2000, p 17).

A escola tem compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, que inclui a violência sexual. Assim, diante da gravidade que encerra a violência sexual para a criança e para o adolescente e, considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, surge-nos a preocupação de conhecer as concepções dos (as) professores (as), diretores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) sobre o fenômeno, bem como suas atitudes frente a suspeita ou confirmação de casos de violência sexual envolvendo alunos (as).

Apresentaremos a seguir, a fundamentação teórica da pesquisa, seus objetivos, a metodologia utilizada, os resultados e conclusões da pesquisa empírica realizada.

A violência sexual contra crianças e adolescente: aspectos teóricos

Alguns autores, como Guerra (1998), Faleiros (2000) e Libório (2003), explicam que a história social da infância em várias épocas e países nos mostra como as crianças sempre foram vitimizadas por diversas formas de violência, seja devido a concepções autoritárias e repressoras de uma sociedade paternalista, que pautaram as posturas educativas durante muito tempo, baseadas em castigos corporais, seja pela ausência de políticas públicas de proteção e atendimento de qualidade às crianças e adolescentes em situação de exclusão social, o que fica claro na realidade brasileira.

Guerra (1998) nos fala que, segundo Áries, a tese da percepção crescente da natureza especial da infância, com a consideração da infância como uma construção social, não levou à criação de um mundo melhor para as crianças, mas aconteceu o contrário: o desenvolvimento do conceito de infância se apresentou acompanhado dos mais severos métodos de educação e no transcurso do século XVII, os castigos contra as crianças se tornaram mais bárbaros.

De acordo com Guerra (1998), o psico-historiador Lloyd DeMause, também estudou sobre a história da infância e, segundo ele, essa história é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. O autor aponta que quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido é o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente. DeMause, apud Guerra (1998), explica que, através de seu estudo psico-histórico da infância e da sociedade, concluiu que a história da humanidade se fundou numa prática de violência contra as crianças,

Guerra (1998) nos mostra que a verdadeira história da infância tem sérios obstáculos a transpor do ponto de vista de sua reconstrução.

No entanto, juntamente com Guerra, concordamos que as dúvidas persistem e a única certeza que temos é a de que ao chegarmos aos últimos anos do século XX e primeiros anos do século XXI, nos defrontamos com este fenômeno e em números assustadores.

No contexto histórico-social da violência contra crianças e adolescentes, no qual se insere a violência sexual, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça. O paradigma de sociedade de direitos rompe com padrões antigos, mas exige a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos da criança e do adolescente. Isto “implica em tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir abusos, enfrentar ameaças, proteger os vulneráveis e as testemunhas e responsabilizar os agressores” (GUIA ESCOLAR, 2004, p 11).

De acordo com o Guia Escolar (2004), a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser enfrentada como problema de cunho social na última década do século XX. Assumindo relevância política e visibilidade social nos anos de 1990 e apresentando em sua análise características complexas a partir do momento em que o assunto vem sendo focalizado como questão pública e problema social, a violência sexual perde características de segredo familiar.

Na década de 1990, segundo Libório (2003) e o Guia Escolar (2004), a violência sexual contra crianças e adolescentes foi incluída na agenda pública da sociedade civil como questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos. No ambiente de debates sobre o fenômeno, criaram-se os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), nas capitais do país. Surgiram instituições com o objetivo de oferecer atendimento especializado a vítimas de violência doméstica.

De acordo com Libório (2003), vários eventos contribuíram para destacar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na mídia e pressionaram o país a se posicionar frente à exploração sexual de crianças e adolescentes. Aconteceu a partir daí, uma ampla mobilização de vários segmentos da sociedade com relação ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes de forma que, em junho de 2000, aconteceu o encontro para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Natal, RN.

O encontro consistiu em amplo debate e ampla elaboração que marcaram um momento importante na história da mobilização nacional na área da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano Nacional foi aprovado na Assembléia Ordinária do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA – em 12 de julho de 2000.

Segundo a Abrapia (1997), são muitas as causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes, dentre as quais se insere a violência sexual, como: questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas.

As profundas desigualdades sociais em que vivemos, segundo Guerra (1998), têm reflexos diretos na condição de vida da nossa infância e adolescência, pois as crianças foram e têm sido grandes vítimas da exploração de mão-de-obra. A infância é vítima da violência estrutural, característica de sociedades marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição das riquezas. Paralelamente à violência estrutural, muitas vezes, coexiste a violência inerente às relações interpessoais adulto-criança, assim como a violência que ocorre em razão do pertencimento a grupos sociais que vivem relações assimétricas de poder, explicitando a necessidade de reconhecermos que as dimensões de gênero, etnia, classe social e geração têm um impacto marcante sobre o cometimento da violência contra crianças e adolescentes, conforme podemos ver em Leal (2001) e Libório (2003).

Compartilhamos com Libório e Moura (2003) sua compreensão sobre o fenômeno da violência cometida contra as crianças e adolescentes, concebida como abrangendo várias situações caracterizadas pela coisificação do sujeito nas relações interpessoais, sua conversão em objetos (ADORNO, 1988 apud AZEVEDO, 1989), sua destituição enquanto sujeitos de direitos e desejos, na qual a pessoa (no caso a criança e / ou o adolescente), que é um dos pólos da relação, passa por um processo de desumanização.

A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, dentre a qual se inclui a modalidade do abuso sexual intra e extrafamiliar, é um fenômeno complexo e difícil de ser definido.

No que se refere a compreensão teórica da violência sexual mais especificamente, devemos ressaltar que a visão de crianças como seres puros e inocentes não ajuda muito no combate à violência sexual. O erotismo é inerente à espécie humana. No entanto, segundo o Guia Escolar (2004), é responsabilidade do adulto estabelecer a fronteira entre afeto e sexo, respeitando o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente.

O Guia Escolar aponta que as causas da violência sexual envolvem aspectos histórico-culturais, de saúde mental, jurídico-legais, político-sociais e econômicos, que se combinam em certos indivíduos e em certos momentos históricos.

Existem leis apropriadas e claras contra o abuso sexual, porém, há muitas dificuldades no processo de notificação dos casos às autoridades competentes e de funcionamento do sistema de garantia de direitos.

Os aspectos políticos-sociais envolvem uma grande fragilidade de políticas públicas na área social, e esse é um fator crucial para a existência e persistência da violência sexual.

Faleiros (2000), aponta que podemos entender a violência sexual contra crianças e adolescentes como englobando tanto as situações de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, sem caráter comercial, diferentemente das situações de exploração sexual, nas quais a dimensão mercantil está nitidamente presente.

Nas situações de abuso sexual, crianças e adolescentes podem ser “usados” para “gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus” (ABRAPIA, 1997, p.7).

Com relação à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, de acordo com Libório (2003), vários autores afirmam que esse fenômeno também implica em relações abusivas de poder, marcadas pela comercialização dos corpos infantis. Segundo esta autora, as 4 modalidades reconhecidas de exploração sexual comercial são: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais.

De acordo com Braun (2002), a criança e o adolescente violentados sexualmente poderão sofrer conseqüências físicas: lesões físicas gerais, lesões genitais, gravidez geralmente problemáticas, DST/AIDS, disfunções sexuais e psicológicas tais como, sentimentos de culpa, auto-desvalorização, depressão, medo da intimidade quando adultos, tendência à prostituição e ao homossexualismo, negação de relacionamentos afetivos quando adultos, distúrbios sexuais, suicídio e problemas de personalidade e identidade.

Quanto aos indicadores de violência sexual, embora não sejam de fácil constatação, existem alguns comportamentos que podem ser observados em crianças e / ou adolescentes que estão sendo vitimizadas (os) pela violência sexual como:

altos níveis de ansiedade; baixa auto-estima; distúrbios no sono e na alimentação; problemas no aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas alterações no comportamento da criança /adolescente; comportamento muito agressivo ou apático / isolado; regressão a um comportamento muito infantil; tristeza e abatimento profundo; comportamento

sexualmente explícito ou presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e contínua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar para casa; faltar frequentemente à escola e ter poucos amigos ... (ABRAPIA, 1997, p.28).

Martinez (2000) aponta que, de acordo com os estudos realizados em vários países, 7 a 36% das mulheres e 3 a 29% dos homens já sofreram abuso sexual na infância. Segundo a autora, em 1998 no Chile, o Ministério da Saúde constatou que as vítimas de abuso eram, em sua maioria, do sexo feminino, em uma faixa etária de 5 a 9 anos e em segundo lugar entre os 10 e 14 anos.

Em pesquisa realizada por Braun (2002), ficou evidenciado que crianças e adolescentes, desde a idade de 02 até 17 anos podem ser vitimizadas (os) pela violência sexual. De acordo com os dados obtidos pela autora, uma quantidade significativa de crianças vitimizadas pela violência sexual encontra-se na faixa etária de 10 à 14 anos (56%), seguida pela faixa etária de 5 à 9 anos (20%), de 15 à 17 anos (14%) e entre 2 e 4 anos (10 %).

Algumas vezes, o abuso sexual começa desde muito cedo, se estendendo até a adolescência, podendo ter ainda continuidade. Para os meninos, existem barreiras claras que os impedem de relatarem o abuso sexual praticado por homens mais velhos. De acordo com a Abrapia (1997), em primeiro lugar há o *duplo tabu*: incesto e homossexualidade, em segundo, pode ser difícil para os indivíduos do sexo masculino aceitar que não são capazes de se protegerem e em terceiro lugar, espera-se que os homens sejam autoconfiantes e que não falem de seus sentimentos para os outros. Além disto, ressaltamos ainda, a carência de cobertura da mídia em relação a meninos e adolescentes masculinos vitimizados, o que pode levar a sociedade a pensar que somente há meninas dentre os (as) vitimizados (as) sexualmente. A visibilidade do abuso e exploração sexual destes precisa ser aumentada.

Com relação ao papel da escola e do professor na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, Brino e Williams (2003) enfatizam que a escola é o lugar ideal para prevenção, intervenção e enfrentamento deste fenômeno, pois deve ter como objetivo a garantia da qualidade de vida de seus alunos e a promoção da cidadania. Isto está claro no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90) cujo objetivo foi: estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência

sexual cometida contra crianças e adolescentes. Este plano estrutura-se em torno dos seguintes eixos estratégicos: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção, Protagonismo Juvenil, Monitoramento e Avaliação.

No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento. Sugere também, o trabalho com os temas transversais, principalmente os referentes à educação afetivo-sexual.

A Abrapia (1997) também aborda sobre a importância do papel da escola, quando aponta que uma criança violentada que chega a um hospital com graves lesões, possivelmente já tenha sofrido maus-tratos menos severos sem que a comunidade denunciasse; passou pela escola com evidências sem que nada fosse feito; foi atendida por serviços médicos sem que as providências necessárias fossem tomadas. Muitas vezes, estas omissões levam a criança a um hospital, inclusive à morte.

Neste sentido, “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (ABRAPIA, p 6, 1997), conforme explicita o Estatuto da Criança e do Adolescente, como podemos ver nos seus artigos expostos abaixo;

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA, 2000, p 90)

Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo e outras providências legais (ECA, 2000, art 13, p 16).

Segundo Brino e Willians (2003), em uma pesquisa realizada por estudiosos do assunto, em 44 % dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa a saber demonstrando o importante papel do professor na denúncia sobre a ocorrência de abuso

sexual, pois ele é, em grande parte dos casos, o que primeiro poderia auxiliar a romper o círculo de silêncio que ronda a situação de abuso sexual.

A proposta da presente pesquisa surgiu, tendo como fundamento, as discussões apresentadas acima.

Como objetivo principal temos: caracterizar o universo de informações dos (as) diretores (as), coordenadores (as) pedagógicos (as) e professores (as) de 1^a. a 4^a. séries de ensino fundamental das escolas públicas municipais de Presidente Prudente acerca da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Mais especificamente esta pesquisa objetivou: conhecer as concepções que os (as) professores(as), diretores(as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) têm sobre a violência sexual (conceituação, indicadores no comportamento da criança / adolescente, conseqüências para o desenvolvimento e papel da escola no enfrentamento ao fenômeno); verificar os seus conhecimentos sobre as legislações referentes aos direitos a criança e do adolescente, como o ECA, especialmente no que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes; identificar o posicionamento que seria adotado pelos profissionais frente a suspeita ou confirmação de violência sexual ocorrendo com seus alunos (as).

Do ponto de vista metodológico, optamos por realizar esta pesquisa com diretores (a), coordenadores (as) pedagógicos (as) e professores (as) de 1^a. a 4^a. séries do ensino fundamental pelo fato da maioria dos casos registrados de abuso sexual infantil se concentrar na faixa etária entre 5 e 10 anos, ou seja, a maior parte das crianças abusadas sexualmente estudam nestas séries. Assim, o que estes profissionais da educação pensam a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes (incluindo o abuso e a exploração sexual), como agem ou agiriam diante de uma situação como esta e como concebem o papel da educação e da escola no enfrentamento desta problemática, mostra-se de fundamental importância para que, a partir deste conhecimento, seja delineado programas de formação inicial e contínua de professores que enfoquem essa temática.

Acreditamos na relevância de trabalhos desta natureza por concordarmos com Brino e Willians (2003) quando apontam que, “a escola mostra-se como um lugar ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil” (2003, p 113).

Anteriormente ao desenvolvimento da pesquisa de campo, apresentamos o projeto desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da FCT-Unesp, Campus de Presidente Prudente, que o aprovou após análise.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de construir um quadro teórico. Neste momento também, foi enviado um pedido de autorização à Secretaria Municipal de Educação, através de um ofício consultando-a sobre a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa junto às escolas municipais, que aceitou a proposta desta pesquisa. Após esta autorização iniciamos o processo de seleção das escolas nas quais a pesquisa foi realizada.

A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais de Presidente Prudente. A seleção das escolas baseou-se numa amostragem aleatória, através de sorteio. Este sorteio foi realizado na própria Secretaria Municipal de Educação, com a presença de profissionais que lá trabalham. Previmos entrevistas com 4 professores (as) de cada escola, sendo um de cada série, e seu respectivo diretor (a) e / ou coordenador (a) pedagógico (a), perfazendo assim, aproximadamente 16 sujeitos.

Após a seleção das escolas, entramos em contato com seus (as) respectivos (as) diretores (as) e / ou coordenadores (as), solicitando a participação de sua escola na pesquisa. Depois de feita a solicitação, apenas duas diretoras permitiram a realização da pesquisa em suas unidades.

Entregamos aos (às) diretores (as) das duas escolas, uma cópia da autorização da Secretária Municipal de Educação, juntamente com uma cópia do projeto de pesquisa, que conversaram com os (as) professores (as) de suas escolas, no sentido de convidá-los (as) a participarem das entrevistas. Nós também conversamos com os (as) professores (as) antes de iniciarmos o trabalho, a fim de nos apresentarmos, apresentarmos o projeto e estabelecer um clima de aceitação e confiança para que elas viessem a falar com tranquilidade sobre suas compreensões acerca do tema em questão.

Em uma das escolas, apenas 2 professoras e a diretora aceitaram participar da pesquisa; na outra escola foram entrevistadas 4 professoras e a coordenadora pedagógica, perfazendo assim, um total de 8 sujeitos.

As entrevistas realizadas com as professoras, diretora e coordenadora pedagógica foram semi-estruturadas, com roteiro de questões previamente formulado, que possibilitaram uma abertura para a mudança ou mesmo para que a entrevistada pudesse fazer depoimentos, seguindo sua própria linha de raciocínio. A pesquisadora

seguiu os depoimentos dos participantes da pesquisa ao mesmo tempo em que entremeava os conteúdos trazidos por elas, com o conteúdo do roteiro de questões. Para realizar as entrevistas foi necessário estabelecer um clima de interação e aceitação das entrevistadas com a pesquisadora, pois segundo Ludcke (1986, p 33):

Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica.

O roteiro de questões que norteou as entrevistas semi-estruturadas com as profissionais da educação, continha os seguintes tópicos:

1. Dados pessoais (idade, tempo de profissão);
2. Formação (grau de escolaridade);
3. Conhecimentos sobre a violência sexual:
 - a) Aspecto conceitual – o que é abuso sexual; o que é exploração sexual; quais as causas da violência sexual contra crianças e adolescentes;
 - b) Indicadores dessa violência no comportamento da criança e do adolescente;
 - c) Conseqüências que a violência sexual acarreta para o desenvolvimento integral do aluno (aspectos biológico/físicos, aspectos psicológicos, sociais, em âmbito de aprendizagem etc);
 - d) Atitudes que tomariam diante suspeita ou confirmação de um caso de violência sexual envolvendo seus alunos;
 - e) Que tipo de apoio acreditam ser possível ser oferecido por parte da escola / professor;
 - f) Qual seria o papel da escola e da educação no enfrentamento ao fenômeno da violência sexual, tanto em âmbito mais focal como mais amplo;
4. Informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (especificamente no que diz respeito à violência doméstica contra crianças e adolescentes):
 - a) O que conhecem sobre o ECA no que se refere à responsabilidade da escola / professor nos casos de conhecimento de violência cometida contra crianças e adolescentes e se os participantes concordam com essa determinação do ECA.
 - b) Conhecimento dos órgãos que recebem denúncia nos casos de violência contra crianças e adolescentes; nos casos de suspeita ou

confirmação de abuso ou exploração em suas escolas, para que órgão encaminhariam o caso; como seria feito esse encaminhamento.

5. Abordagem do assunto na formação inicial e contínua da participante.

Se a discussão da violência sexual contra crianças e adolescentes foi trabalhada / abordada na formação das participantes; de que forma; se há interesse por parte das participantes em conhecer mais sobre o assunto e sobre as formas de enfrentamento do problema em âmbito escolar;

Após os primeiros contatos com as profissionais das escolas, foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada uma. Estas entrevistas foram realizadas individualmente, na própria escola. Todas as entrevistas foram gravadas, com prévia autorização, e posteriormente transcritas.

Às participantes da pesquisa foi apresentado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), lidos e assinados pelas professoras, diretora e coordenadora que aceitaram participar da pesquisa.

Após a transcrição das entrevistas gravadas, seu conteúdo passou por um processo de organização, resultando na construção de categorias de análise. Foram criadas 4 categorias: 1. Informações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, na qual foram apresentados os conhecimentos sobre: os conceitos, as causas, as conseqüências e indicadores e a faixa etária em que mais acontece a violência sexual; 2. Posicionamento dos educadores frente à suspeita ou confirmação de violência sexual contra seus alunos, a partir do qual procuramos analisar suas atitudes e opiniões a respeito do papel da escola e do professor no enfrentamento da problemática; 3. Informações acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, que avaliou a responsabilidade da escola e dos profissionais na denúncia e seus conhecimentos sobre os órgãos que recebem a denúncia de violência contra crianças e adolescentes e 4. Abordagem da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes na formação de Professores, que nos permitiu verificar se esta questão foi abordada na formação inicial e contínua das professoras e sobre suas percepções quanto à importância do tratamento desta questão na formação de educadores.

Ao elaborarmos análises dos resultados da pesquisas, foi possível elencarmos as principais constatações propiciadas, que serão compartilhadas através desta apresentação.

De maneira geral, notamos nas falas das professoras uma grande insegurança, além do medo de se envolver diretamente em um caso de suspeita ou confirmação de violência sexual envolvendo alunos (as). Percebemos também, a grande importância que a figura do (a) diretor (a) e do (a) coordenador (a) pedagógico (a) representam, no que se refere à denúncia da violência, considerando que todas as participantes apontaram que procurariam a direção ou coordenação da escola.

No entanto, as atitudes da diretora e da coordenadora entrevistadas, expressam um equívoco por parte destas profissionais no encaminhamento destas situações. Tanto a diretora como a coordenadora apontaram que, no caso de suspeita de violência sexual procurariam esclarecer o fato, primeiramente, com a criança e / ou com a família. Isso demonstra um certo despreparo e falta de informação a respeito do que um diretor, coordenador ou professor poderiam fazer ao suspeitar ou identificar um caso de abuso, podendo até, segundo Brino e Willians (2003), em certos casos, prejudicar a criança vitimizada e / ou colocar a sua própria segurança em risco.

Outra concepção equivocada, observada na fala da diretora, é a de que é possível perceber a ocorrência da violência sexual, através de uma avaliação do ambiente da casa da criança. Certamente esse fator influencia, mas não pode ser o único analisado para a constatação ou não do abuso sexual.

As participantes, de um modo geral, mostraram-se preocupadas e apontaram que o papel da escola e do professor é orientar e trabalhar na prevenção da violência. O trabalho com as famílias foi citado por sete participantes. No entanto, nenhuma das escolas desenvolveu, até hoje, algum tipo de trabalho de prevenção à violência sexual com os pais ou com as crianças.

Durante as entrevistas, nenhuma participante disse que o papel do professor é denunciar os casos de violência sexual. O que demonstra que a escola ainda tem muito receio em agir de maneira mais direta, ou seja, na denúncia e encaminhamento.

Segundo a Abrapia (1997), identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor.

Uma das participantes apontou que a escola tem um papel fundamental na detecção da violência sexual, classificando-a como uma “antena”. No entanto, quando lhe foi perguntado se já tinha “detectado” algum caso de abuso, ela disse que não.

Quando perguntamos sobre os órgãos que recebem a denúncia de violência sexual, o Conselho Tutelar aparece nas respostas de 7 participantes, juntamente com Promotoria da Infância e da Juventude, ou Secretaria da Educação ou Delegacia da mulher. Apenas uma professora não tinha certeza para qual órgão deveria ser encaminhado um caso de violência sexual.

Nas duas escolas, as professoras apontaram que a temática da violência sexual não foi abordada em nenhum momento em sua formação inicial. Considerando que apenas uma das profissionais entrevistadas tem apenas, como formação inicial, o curso de magistério, de um modo geral, a formação inicial destas professoras deixa muito a desejar, no que se refere ao tratamento da questão da violência doméstica, aos direitos da criança e do adolescente e ao conteúdo de educação afetivo sexual.

Com relação à abordagem desta problemática na formação contínua, apenas a diretora entrevistada participou de um Fórum de Assistência Social, que abordou a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, além de outras reuniões na Secretaria da Educação, porém o tema foi tratado de maneira genérica, sem um aprofundamento no área da violência sexual. Uma professora disse que fez um curso de 180 horas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; três afirmaram que tinham participado de oficinas de 4 horas, sobre o ECA, em eventos científicos, e três participantes apontaram que nunca participaram de nenhum curso ou oficina sobre violência sexual.

Cabe ressaltar aqui que, apenas uma professora participou de um curso de 180 horas sobre o ECA. E foi esta professora quem deu uma resposta mais correta quando lhe foi perguntado sobre a responsabilidade do professor e da escola em casos de violência contra criança, enquanto as outras deram respostas vagas ou apenas deduziram, ou então não souberam responder. Neste sentido, os dados referentes a esta categoria reforçam o que foi apontado na categoria anterior sobre o conhecimento das professoras acerca dos seus deveres. Este dado também nos faz pensar sobre a importância dos cursos de formação no enfrentamento mais efetivo do problema.

Pudemos constatar ainda que – no que se refere a cursos que tratam exclusivamente da questão da violência sexual, em nenhum momento esta problemática foi abordada na formação inicial das participantes.

Perguntamos também, neste momento, sobre a importância deste tema ser tratado na formação do professor. Todas as participantes afirmaram que é importante que este tema seja discutido na formação.

Pudemos perceber que, independentemente do contexto no qual está inserida a escola, a todos os professores seria importante oferecer um trabalho com esta temática, pois as crianças e adolescentes se beneficiariam da aquisição deste conhecimento por parte dos professores, independente de sua condição social. Todas elas disseram que gostariam de saber mais sobre o tema, pois reconheceram suas limitações com relação ao assunto.

Além da violência sexual, o trabalho com questões da sexualidade é pouco abordado dentro da escola, mas é considerado pelas participantes como de extrema relevância. Duas professoras questionaram a maneira como estes assuntos são trazidos por outros profissionais para a escola, de modo a reforçar o quanto necessitam de um trabalho de qualidade, realizado por pessoas que realmente conheçam o assunto.

As participantes da pesquisa, apesar das dificuldades de enfrentarem os desafios impostos pela realidade da violência sexual, demonstraram uma sensibilidade quanto a esta problemática ao afirmarem a importância desta temática comparecer nos cursos de formação inicial e contínua de professores. Além disto, precisamos reconhecer que as profissionais da educação estudadas indicaram modos próprios de enfrentamento do fenômeno, que embora sejam equivocadas, expressa um grau de envolvimento.

Como reflexões finais possibilitadas pela realização desta pesquisa, podemos apontar, que foi possível conhecer o universo de informações trazido pelas professoras entrevistadas, acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, no que se refere aos conceitos, posicionamento frente a suspeita e / ou confirmação de um caso, papel da escola e do professor e conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito a esta temática. Foi possível realizar também, uma discussão sobre a questão da formação do professor, considerando que todas as professoras apresentaram conhecimentos insuficientes e / ou equivocados, acerca deste assunto.

Um aspecto a ser destacado é a questão das atitudes das professoras frente a uma suspeita ou confirmação de abuso sexual. Notamos aqui, que a maioria das professoras demonstraram um certo receio em denunciar um caso. Brino e Willians (2003), também destacaram este aspecto em seu estudo. Segundo as autoras, este

posicionamento apresentado pela maioria das participantes, pode estar relacionado ao desconhecimento do ECA, medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança e à crenças inadequadas sobre o papel do professor, como por exemplo, a idéia de que o papel do professor é ajudar a criança em sala de aula, não devendo se envolver em problemas familiares dos alunos.

Todas as professoras disseram que encaminhariam o caso à direção ou coordenação da escola, para que tomassem as providências necessárias. Atitude que, dependendo de como a diretora venha a agir, pode ficar sem efeito. No caso da diretora e da coordenadora pesquisadas, ambas agiriam de maneira incorreta, considerando que as duas disseram que procurariam esclarecer o fato, primeiramente, com a criança e / ou a família. Fato que pode, em certos casos, prejudicar a criança vitimizada e / ou colocar a sua própria segurança em maior risco.

Constatamos que, ao se tratar de direitos da criança e do adolescente, existe ainda um despreparo por parte destas professoras, pois a maioria delas nunca teve acesso a conhecimento relativo aos aspectos legais, apenas ouviram sobre o assunto (mais especificamente sobre o ECA), o que vai ao encontro da pesquisa desenvolvida por Ferreira (2004).

Acreditamos, assim como Brino e Williams (2003), que há necessidades de estudos mais aprofundados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre a temática da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, por parte dos profissionais da educação que trabalham com crianças e adolescentes, bem como nos cursos de formação de professores.. Paralelamente a tais estudos, segundo as autoras, há necessidade de se pensar sobre os meios adequados para que educadores, que trabalham com crianças e adolescentes, adotem os procedimentos necessários nos casos de violência sexual de forma efetiva, para que um maior número de denúncias seja feito.

Estudos futuros nesta perspectiva poderiam objetivar uma compreensão mais profunda acerca das razões que impedem ou dificultam uma tomada de posicionamento por parte dos professores que de fato funcione como proteção ao desenvolvimento das crianças que vivem cotidianamente uma violação de direitos tão grave.

Entender e tratar a criança e o adolescente enquanto seres humanos em desenvolvimento e sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, ainda não é uma realidade vivenciada pela totalidade da população infanto-juvenil, pois, mais do que conhecer a lei e os problemas que afligem esta parcela da população, isto requer uma

constante reflexão sobre os valores, sobre a concepção de infância, das relações de poder assimétricas, sobre a sexualidade e relações de gênero, sobre a concepção de família, sobre o verdadeiro papel do educador e da educação.

Neste sentido, a formação do professor deve estar fundamentada nos princípios de educação para a cidadania e dos direitos humanos, para poder atender melhor às necessidades dos alunos e aos objetivos da educação democrática. Assim, as leis de proteção à Infância e Adolescência devem ganhar espaço e serem contempladas na formação do professor, inicial e continuada, por fornecer elementos indispensáveis ao preparo do professor para que este possa contribuir mais diretamente para a vivência de cidadania por parte de seus alunos, por abranger a questão da dignidade, do respeito, da liberdade e dos valores fundamentais da pessoa humana.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes : proteção e prevenção** - guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZEVEDO, M.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**. Brasília: MJ / SEDH / DCA, 2001.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre : AGE, 2002.

BRINO, R.F; WILLIANS, L.C.A. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cadernos de Pesquisa, Julho, 2003. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Autores Associados.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor: reflexos na sua formação e atuação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIA ESCOLAR: **Métodos da a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163 p

LEAL, M. L. P. **A mobilização das ONGs para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2003.

LIBÓRIO, R. M. C; MOURA, J. A. Projeto Parceria Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Anais em Cd-Rom: I Fórum de Extensão Universitária da FCT-UNESP**. Ano 1, vol 1. Presidente Prudente – SP, 2003.

LUDCKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINEZ, J. Prevención Del abuso sexual infantil: analisis crítico de los programas educativos. In: **Revista de la Escuela de Psicología**, Facultad de Ciências Sociales – Pontifícia Universidad Católica de Chile, Volumen 9 – Número 20, Noviembre 2000.